

# O Sector da Construção em Portugal face à crise económica

A actual crise económica e financeira que afectou, de forma acentuada, o nosso País teve consequências muito relevantes no sector da Construção. Salienta-se, pelas suas implicações, o forte recuo no investimento no segmento das obras públicas que atingiu, em termos homólogos do ano anterior, o valor de -31,6%. De acordo com os dados da AECOPS, datados de Dezembro de 2011, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) da Construção diminuiu 11,6% no terceiro trimestre de 2011, sendo a evolução registada na redução do emprego em 3,2% na carteira de encomendas, com o valor de 11,6%.

A evolução negativa de diversos indicadores revela bem a crise profunda que o sector da Construção atravessa em Portugal, que se torna ainda mais evidente quando comparada com a situação na União Europeia, onde se verifica um aumento, embora ligeiro, da confiança dos empresários no Sector.

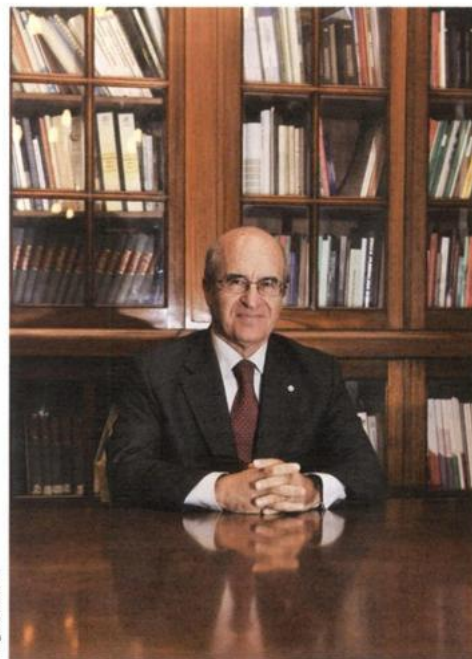
Face às actuais dificuldades sentidas nesta área de actividade, derivadas, em grande parte, do forte decréscimo do investimento público, as empresas de construção portuguesas, para sobreviverem, tiveram de ajustar as suas estratégias, o que implicou uma forte aposta na internacionalização. Presentemente, mais de setenta por cento (70%) das empresas portuguesas de maior dimensão, em termos de volume de negócios, apostaram em desenvolver a sua actividade fora de Portugal, representando essa actividade, em muitas delas, mais de 50% do seu volume de facturação. A atestar a rápida adaptação das empresas do sector com vista à procura de novos mercados, refere-se que em 2003 o volume de negócios no estrangeiro era da ordem de 500 milhões de Euros, atingindo, em 2010, o valor da ordem de 6 mil milhões de Euros.

O sector da Construção passou, assim, a ter um peso significativo na internacionalização das empresas Portuguesas. Isto deve-se, em primeiro lugar, ao facto de ser um ramo que mobiliza um leque de especialidades de engenharia muito variado e, por outro lado, pelo facto de se tratar de uma área com muita tradição em Portugal, sendo um dos sectores nacionais que promove, a montante e a jusante, a exportação de outros bens e serviços, para além de dignificar a imagem do País, com prémios internacionais alcançados por obras emblemáticas projectadas e construídas por técnicos portugueses.

Pela positiva, em relação à actividade do sector da construção durante o ano de 2011, salienta-se a actividade desenvolvida pela Parque Escolar na concretização do Programa de Modernização das Escolas Secundárias, ao qual corresponderam picos de investimento, nos anos de 2010 e 2011, de 870 milhões de Euros e 570 milhões de euros, respectivamente. Foram intervenções que, ultrapassando os aspectos de garantia de segurança e conforto face às regulamentações actuais, tiveram relevância em termos dos resultados associados a um melhor desempenho escolar e de apoio à comunidade.

Salientam-se igualmente os investimentos nos sectores da água e da energia, sectores que todos sabemos são fundamentais para o desenvolvimento do País. Referem-se, neste âmbito, as barragens em construção definidas no "Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroeléctrico (PNBEPH)", que deve ser encarado numa lógica de aproveitamento dos nossos recursos hídricos e de aumento da nossa capacidade de produção de energia eléctrica, onde somos deficitários. São sectores de relevância estratégica em todos os países e nos quais Portugal tem uma capacidade instalada no projecto, na construção e na investigação reconhecida internacionalmente.

Pela negativa, salientam-se, como referi, as consequências para o sector da Construção, com a permanente colocação em causa de opções tomadas em diversos períodos políticos. Naturalmente que todos os Governos têm legitimidade para tomar as opções políticas que considerem em cada momento como as mais adequadas. Contudo, o movimento do "para-arranca" no investimento, da permanente colocação em causa de opções anteriores, inclusive das que resultaram em compromissos e em adjudicações, conduzem a situações gravosas para as empresas e para o País. As decisões de investimentos públicos não podem estar ligadas apenas aos ciclos eleitorais mas, sim, resultarem de planos estratégicos consensuais, baseados em análises técnico-económicas e financeiras, bem como



Hugo Gamba

# CARLOS MATIAS RAMOS

Bastonário da Ordem dos Engenheiros

de políticas geradoras de crescimento. As empresas de projecto e de construção e as instituições de investigação não podem andar ao sabor de decisões políticas de "para-arranca" que impedem um planeamento, em antecipação, para dar resposta adequada e em tempo à concretização dessas decisões. Decisões tomadas num dado período político e que são anuladas no período seguinte, conduzem a falta de confiança e traduzem-se em graves encargos para as empresas que apostam em concursos e mais concursos sem continuidade e em contratos contestados.

Face à crise, impõem-se algumas reflexões e ajustamentos nas empresas do sector da Construção, no sentido de aumentar a sua competitividade, melhorar a cooperação entre empresas, por forma a garantir massa crítica ajustada às necessidades e exigências dos mercados interno e externo, e a permanente preocupação na adopção de novas tecnologias e de metodologias inovadoras, o que impõe uma maior e melhor cooperação entre as empresas e as entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional. A Plataforma Tecnológica Portuguesa da Construção (PTPC) poderá ser o veículo para a concretização destes propósitos.

No que se refere ao mercado interno, assume particular relevância a aposta numa política que conduza à efectiva actividade na reabilitação urbana. Embora seja consensual, em todos os partidos, que esta aposta é de capital importância, em termos do desenvolvimento económico e da melhoria da qualidade de vida das nossas cidades e da cidadania, as decisões nesta área não têm tido efeitos práticos em termos de investimento e de concretização de políticas que permitam a inversão da situação actual portuguesa face aos restantes países da UE. Portugal é um dos países com mais baixo investimento na reabilitação de edifícios residenciais, representando cerca de 6% da produção total, realidade muito distinta de países como a Alemanha, a Itália e a França. Na Alemanha, o peso da reabilitação é de 32%. No plano dos mercados externos é relevante a adopção de políticas de apoio à internacionalização de um dos sectores mais prestigiados em termos de capacidade técnica e com resultados visíveis.